

## ENTRE A FÉ E O COMÉRCIO: A DISPUTA PELOS MUNDURUKU NA MISSÃO DO BACABAL (1871-1881).

LAURA TRINDADE DE MORAIS \*

Este trabalho busca investigar os conflitos existentes entre regatões e o frei capuchinho italiano, Pelino de Castro Valva, responsável pela catequização dos índios Munduruku, na missão do Bacabal, localizada no rio Tapajós, na província do Pará, nos anos de 1871-1881. Frei Pelino de Castro Valva e regatões competiam pela utilização dos índios Munduruku, sobretudo, como mão-de-obra para a extração de produtos da floresta. Antes de dar início à catequização na região no século XIX, os regatões tinham certo controle sobre o comércio da borracha e a lavoura indígena, suas negociações estavam baseadas em sistema de trocas. Os regatões trocavam suas mercadorias por produtos da floresta, assim como por mão de obra indígena, entretanto, novos rumos foram tomados com a catequese, pois dada esta na região, as negociações com os Munduruku passaram para as mãos do governo, representado pela figura dos capuchinhos, tornando mais dificultoso para os regatões o comércio com os índios.

Frei Pelino de Castro Valva buscou por meio da catequese inserir os indígenas na lavoura e na extração do látex, tornando-se uma espécie de intermediador das negociações em um primeiro momento com os regatões e depois com os comerciantes das cidades, assim nesse segundo momento tirando os regatões desse processo, desse modo despertando a fúria destes comerciantes. Logo, cada um defendia seus posicionamentos, Pelino de Castro Valva procura mostrar em um relato deixado posterior ao seu trabalho no Brasil, que havia feito tudo em prol dos Munduruku guiado pelos mandamentos de Deus, assim construindo uma imagem de missionário em busca do martírio, alvo das calúnias dos regatões, entretanto, ao analisar outras documentações, tais como manuscritos disponíveis no Arquivo Público do Pará, jornais da época e relatórios de presidentes da província do Pará é possível contrapor a versão do missionário, que segundo essas fontes tinha muitos outros interesses para além da catequização. Assim este trabalho busca compreender as particularidades existentes no comércio entre

---

\* Graduanda de licenciatura e bacharelado em História na Universidade Federal do Pará, bolsista de iniciação científica Pró-Reitoria de Extensão UFPA (PROEX) sob a orientação do Prof. Dr. Márcio Couto Henrique (FAHIS /PPHIST /UFPA).



regatões e Munduruku, mostrando as justificativas para os conflitos existentes entre frei Pelino e estes comerciantes.

**PALAVRA-CHAVE:** Frei Pelino de Castro Valva; Regatões; Munduruku; Amazônia; século XIX.

## **1- REGATÃO: CIVILIZAÇÃO E PERVERSÃO DOS ÍNDIOS.**

Na Amazônia o regatão é marcado por uma longa e ambígua história. Por um lado era visto como aquele que traz a civilização para os que estão isolados na floresta, por outro, como um explorador, um ser sem escrúpulos, que com intuito de fazer riqueza cometeria as mais variadas perversidades (MCGRATH, 1999: 57). Os regatões eram indispensáveis naqueles imensos lugares, eles eram uma espécie de intermediário, economizador de tempo e desperdício de produção, tendo em vista que com seu comércio, os indivíduos não teriam que perder vários dias de produção, se deslocando em longas distâncias para venderem sua borracha e comprar produtos de subsistência. Entretanto apesar de sua importância, o regatão muitas vezes era visto como um mal ao indígena, que foram espoliados e tiveram suas famílias acometidas por estes comerciantes (BASTOS, 1937:283-286).

Na documentação oitocentista, percebe-se de um lado uma constante preocupação de algumas autoridades provinciais em combater a “praga” do regatão, um “elemento pernicioso”, visto como o principal inimigo da catequese, que se aproveitaria da bondade dos índios para enganá-los e manipulá-los, cobrando em suas “quinquilharias” valores exorbitantes em troca da borracha. Estes indígenas, muitas das vezes induzidos por esses comerciantes abandonavam suas aldeias para embrenhar-se nas matas em busca de produtos naturais para serem trocados com “produtos de baixo valor” desses regatões.

*“[...]” E’difficil imaginar as extorsões e injustiças que a mór parte delles commettem, aproveitando-se da fraqueza ou ignorância desses infelizes. Vedem-lhes os mais somenos objectos por preço fabulosos, tomam-lhes a força á falsa-dé os gêneros; quando muito compram-nos á vil preço e muitas vezes embriagam os chefes das casas para mais facilmente deshonnar-lhes as famílias. Em fim não há immoralidade que não pratiquem esses cupidos aventureiros” (COSTA apud BASTOS, 1937: 285).*

Como aponta John Hemming, muito pior do que as falcatuas às quais os índios eram submetidos eram os abusos cometidos contra suas famílias, eis que os indígenas tinham suas mulheres seduzidas, muitas das vezes suas filhas violentadas e quase sempre seus filhos menores tirados de si. O regatão muitas vezes aproveitava-se do abandono em que se

---

<sup>1</sup> A grafia dos documentos citados será mantida como no original.

encontravam alguns aldeamentos para cometer violências contra os índios (HEMMING, 2009: 322.). Segundo Marta Amoroso a estes comerciantes era atribuída à imagem do diabo, por muitas das vezes se utilizariam dos índios e pajés para cometer diversas atrocidades contra aqueles que representavam a figura de Deus (missionários) (AMOROSO, 2006: 213).

Embora fossem atribuídas a estes comerciantes as mais abomináveis características, algumas documentações provinciais, apresentam a figura do regatão com outra face, chegando a defini-los como “agentes civilizadores”, conforme podemos ver no relatório do presidente da província Dr. Pedro Vicente, em 1875, que afirma que no Pará existem três agentes civilizadores, os missionários, os regatões e os diretores parciais (PARA, 1875: 56). No momento em que a catequese dos missionários capuchinhos encontrava-se enfraquecida, aos regatões era atribuído o fato de desempenhar um melhor papel civilizador do que os missionários.

*Em geral, pôde-se dizer-se que mais serviços tem feito a civilização immoral do regatão do que a moralidade fria e doutrina religiosa do missionário. A acção d’este agente circumscreve-se a aldêa e nella se extingue com a mesma placidez com que nasceu: a do regatão estende-se do sertão até a capital, abrindo, por assim dizer a machado o caminho da civilização [...] (PARA, 1875:56).*

Como aponta Márcio Couto Henrique, se por um lado o regatão era visto como “personificador da cobiça” e prejudicial a “pureza” dos índios, por outro aparece como “agente civilizador”. O regatão seria uma espécie de mal necessário que através de sua ousadia e cobiça desbravava os mais diversificados lugares, os quais muitos agentes da civilização não conseguem alcançar (HENRIQUE, 2007:220). Nesse sentido John Hemming afirma que os regatões desempenharam um papel útil na Amazônia, no momento em que ninguém ia ao encontro dos índios, os regatões levavam até eles os objetos que necessitavam (HEMMING, 2009: 323).

O caráter duvidoso dos regatões fez com que eles se envolvessem em diversificados conflitos, sobretudo com os missionários, que viam nesses comerciantes um empecilho à catequese e civilização dos índios. Foi o que aconteceu com o missionário italiano Pelino de Castro Valva, que chegou à província do Pará em 1871 e logo partiu para o alto Tapajós, onde fundou a missão do Bacabal junto aos índios Munduruku, nesse mesmo ano.

## **2- OS CONFLITOS NA MISSÃO DO BACABAL.**

Esses embates tiveram grandes repercussões nos periódicos locais e documentos oficiais do império, Como aponta Jayne Colevatti, os atritos entre missionários e regatões se pautava em um contexto onde estes eram concorrentes pela utilização da mão de obra indígena assim com pelo comércio da borracha (COLLEVATTI, 2007: 228). Nesse sentido, logo que chegou ao Pará, Pelino de Castro Valva procurou intervir nas negociações entre índios e regatões, passando a ser uma espécie de intermediador entre estes, despertando assim a fúria dos regatões.

Como aponta John Hemming, os índios Munduruku coletavam a borracha em grande medida para venderem ou trocarem com os comerciantes por objetos que estes consideravam de pouco valor. Estes objetos eram fornecidos em grandes quantidades aos índios com intuito de endividá-los e assim cobrar esta dívida através da borracha (HEMMING, 2009: 365). Para frei Pelino, a maior dificuldade na civilização dos indígenas estava nos regatões, estes eram acostumados a obter vantagens à custa dos indígenas trocando suas “quinquilharias” por goma elástica. Segundo o missionário os comerciantes que frequentavam a missão do Bacabal buscavam a todo custo desviar os indígenas dos seus ensinamentos, induzindo-os a embriaguês e difamando-o (CASTROVALVA, 2000: 68).

*Conforme o costume deles. Embriagaram primeiro os índios com cachaça, e estando eles privados do uso da razão lhes tiraram tudo o que puderam, farinha, criação de patos e galinhas etc. dando-lhes apenas em troco a cachaça que bebiam, levaram a prostituição publica de dia e de noite, no porto e nas casas [...].*  
(CASTROVALVA apud TOCANTINS, 1876: 137).

Perante os abusos cometidos pelos regatões, Frei Pelino procurou colocar em prática alguns parágrafos do decreto de 1845, conhecido como *Regulamento das Missões*, que estabelecia suas funções em toda área civil e as relações entre indígenas, moradores e comerciantes. Entre outras coisas, o decreto exigia que nenhum comerciante permanecesse no período da noite na missão, estes estariam impedidos de quaisquer meios de negociações com os indígenas sem a presença dos missionários, não poderiam construir qualquer tipo de moradia às proximidades das missões, assim como estavam proibidos de ir às casas dos indígenas (SAMPAIO & ERTHAL, 2006: 301).

Segundo Taubaté e Primerio, frei Pelino passa a representar uma ameaça para as vantajosas negociações destes comerciantes, que a partir de então começaram a ter dificuldades nas negociações com os indígenas, que passaram a duvidar das propostas dos

regatões, e assim despertando a fúria destes comerciantes em relação ao capuchinho, levando-os a considerar o ensinamento do evangelho e a catequização dos indígenas uma ameaça para o comércio, assim como para o uso da força de trabalho indígena (TAUBATÉ & PRIMERIO, 1930, p. 268).

Assim, os regatões fazem constantes denúncias a respeito dos missionários para o governo, acusando-os de concubinato e de usar a catequese em benefício próprio, vendendo os subsídios que eram destinados gratuitamente pelo governo aos indígenas em troca de borracha e de ficarem com as rendas obtidas por estes com extração do látex.

*Cego de vaidade esse revd. Missionario apparece perante o publico com a mais refalsada hypocrisia commemorando trabalhos que não fez, roubando a gloria d'aquelles a quem de direito de justiça pertencem e esse deve agradecer a catequese e aldeamento dos índios Mundurucus do rio Tapajóz, e esquecido de seu voto de mansidão e humildade distribue prodigamente – com essa caridade que os distingue toda a casta de baldões contra os que tem trabalhado para as glorias e riquezas do fr. Pelino! (O BAIXO AMAZONAS, 1872: 2).*

Como aponta John Hemmig, em grande medida as críticas caem sobre o trabalho de Frei Pelino, que era acusado estar no Bacabal apenas com intuito de fazer riqueza, este venderia grande quantidade de borracha e enviaria seu lucro para a Europa (HEMMING, 2009: 362).

Um dos principais estopins para os atritos entre frei Pelino e os regatões foi o caso do suposto superfaturamento de uma lista de mantimentos, fato que gerou grande debate na imprensa paraense. De um lado Pelino afirmava que o pedido exorbitante teria sido feito pelo tesoureiro da fazenda que estaria aliado aos regatões, e assim teria superfaturado a lista, gastando mais que o permitido pelo presidente, porém, entregando a ele somente o que fora solicitado (CASTROVALVA, 2000: 151). Entretanto os discursos de alguns jornais da época mostram outra versão dos fatos. “Em relação ao escandaloso fornecimento que d’aqui conduzio ultimamente o frade, abusando para isso criminosamente da boa fé que jamais devera ter-lhe sido depositada”. (A PROVINCIA DO PARÁ, 1876: 2).

Conforme o jornal “A província do Pará”, frei Pelino teria se aproveitado da confiança que depositara o governo, para obter lucros impróprios. Nesse sentido o jornal “O liberal do Pará” publicou o parecer do tesoureiro envolvido no caso:

*Depois de eu haver examinado o referido pedido, informei a v. exc. em 11 de setembro que era superior ao que havia esta repartição fornecido no ultimo exercício, devendo, portanto, exceder ao credito votado para a rubrica “Catechese”*

*que é de oito contos de reis, (...). Cumprindo recommendações de v. exc. fiz a redução que julguei conveniente e na forma do estylo, mandei aviar o pedido do frade.*

*Depois porém, de haver o frade no dia 17 recebido as mercadorias e seguido para Itaituba no vapor Obidos, foram apresentadas as contas á esta repartição, e, com grande surpresa, reconheci que o fornecimento importou em reis quatorze contos duseis e cincoenta e quatro mil duseis e cincoenta, excedendo o credito votado em reis seis contos duseis e cincoenta e quatro mil duseis e cincoenta. Semelhante facto não podia, de forma alguma ser por mim imaginado, a menos que não reputasse o frade indigno da consideração e confiança de que tinha até então gosado (...)* (LIBERAL, 1876, 1).

Há duas versões: de um lado frei Pelino afirmava ter recebido somente o solicitado em seu pedido, tendo o tesoureiro se enganado ou até mesmo agido de má fé em conspiração com os regatões para prejudicá-lo. De outro, o tesoureiro que se defendia dizendo que o capuchinho aproveitou-se da confiança depositada para obter vantagens à custa do governo. Porém, para os regatões não interessava nenhuma das duas versões, importava mesmo que frei Pelino e o governo estavam em conflito, aproveitando-se os comerciantes para pedir que o missionário fosse punido, e assim foi solicitado e concedido o seu afastamento do cargo de diretor da missão.

Mesmo sendo destituído do cargo de diretor em 1876, Frei Pelino volta à missão do Bacabal como missionário, e assim buscou intensificar suas estratégias contra os regatões. O missionário procurou antecipar junto aos comerciantes do Pará as mercadorias necessárias para o mantimento do aldeamento e pagar somente na época da colheita do látex, assim não precisaria do comércio dos regatões. Estes por sua vez tentavam de todas as formas encontrarem meios para usufruir do látex extraído pelos indígenas, apesar de não ser tão fácil como antes. Conforme aponta Frei Pelino, os regatões ainda conseguiam ter acesso à borracha, quer seja por seduzir os índios a suas trocas, quer seja por roubo, deixando atritos entre o frei e os regatões ainda mais latentes.

Como aponta Marta Amoroso, para o cumprimento dessas novas regras, contra os regatões, criaram-se na missão do Bacabal milícias de índios, sobre o comando de frei Pelino (AMOROSO, 2006: 10). Assim os regatões mais uma vez procuraram atacar frei Pelino, acusando-o de usar armamento de fogo para isolar o Bacabal. Sobre este fato o comissário Adriano Pimentel relatou:

*(...) preferio elle, entre outros caminhos a seguir, colocar em pratica o systema dos jesuítas no Paraguay, buscando por todos os meios ao seu alcance isolar o Bacabal, fechando-se a toda communicação com extranho. Mais de uma vez mandou accommeter a mao armada, como o faria a salteadores, todos os commerciantes que tentavão aproximar-se do estabelecimento (...) (O LIBERAL, 1877:1 )*

Conforme Pimentel, este teria estimulado os índios a defender-se dos comerciantes por meios brutais, porém, Pelino rebateu as críticas afirmando se tratar apenas de defesa aos roubos que vinham sendo cometidos pelos regatões (CASTROVALVA, 2000: 158). Para, além disso, Pimentel afirma que julga o trabalho do frei inútil para a civilização, haja vista que os índios continuariam em estágio de “embrutecimento” e que o missionário estaria ali para tirar proveito à custa do governo e dos indígenas. Além de tudo, afirmava que os indígenas que tinham alguns “traços de civilização” era devido ao contato com regatões (O LIBERAL, 1877:1).

Contudo esses conflitos giravam em torno de dois fatores, a disputa pela mão de obra indígena e a predominância no comércio da borracha. Segundo Arthur C. F. Reis, na medida em que iam sendo descobertos vastos seringais a economia se pautava na natureza, assim os esforços em descobrir áreas onde se poderia realizar a colheita do látex se intensificava. Entretanto, em um primeiro momento estas colheitas só eram feitas nas terras próximas, tendo em vista que havia certo receio por partes dos coletores em se lançar em meio à mata. Assim podemos pensar a importância da participação dos indígenas no processo da extração da borracha levando em consideração o fato deles conhecerem o território, nesse contexto os Munduruku, eram incitados pelos regatões, seringueiros e missionários a se lançarem em busca do látex (REIS, 1979: 167).

Jayne Collevatti mostra que os indígenas foram introduzidos no processo de extração da borracha através de suas negociações com os regatões fundamentadas no sistema de trocas, assim estes extraíam a borracha e trocavam por produtos dos regatões, que sucessivamente negociavam com os patrões da borracha. No entanto, ao terem contato com a catequização começaram a negociar diretamente com os missionários que logo negociavam com comerciantes em Belém, deixando os regatões de fora do comércio (COLLEVATTI, 2009: 277).

Assim como os regatões, Frei Pelino também tinha seus interesses em relação aos indígenas, tendo em vista que este era uma espécie de funcionário do Império e nesse

momento ocorria constante preocupação das autoridades provinciais em relação à lavoura que se encontrava sem vigor por falta de braços, e assim, catequisar e civilizar os indígenas seria a melhor opção.

*Convencel-os de que elles têm uma grande missão á desempenhar como christãos, cidadãos e pais de família; chamal-os a sociedade para viverem e communhão com os seus semelhantes; fazel-os, em fim, acreditar que o trabalho é lei de Deus e necessário ao desenvolvimento da actividade humana: tal é a grande empresa que é mister animar como todas as forças, porque d'ella depende em grande parte o progresso d'esta província (PARA, 1871: 39).*

Para o presidente da província Abel Graça, catequese, civilização e mão-de-obra estavam estritamente ligados, os indígenas seriam a melhor opção para a lavoura e para o comércio da borracha, pois estes eram adaptados ao clima e conheciam a região amazônica, podendo desenvolver ótimo trabalho, assim a catequese desenvolveria um melhor papel que a colonização estrangeira, tendo em vista que os estrangeiros quando chegam à região não se adaptam e nem conhecem esta. Assim, catequizá-los e ensiná-los que o trabalho era “lei de Deus” seria uma forma tirá-los da “indolência” e assim conseguir progresso na lavoura e na aceleração da economia, sobretudo da missão do Bacabal, onde se voltava maior atenção, pelo fato de possuir solo amplo e fértil e grande número de indígenas aptos para o trabalho na lavoura e na extração do látex.

Entretanto, nem sempre frei Pelino agiu de acordo com os interesses do governo, as relações entre estes, também foram marcadas por conflitos, sobretudo, após o missionário ser destituído do cargo de diretor. Conforme se percebe no relatório do presidente Gama e Abreu:

*[...] O missionário capuchinho Fr. Pelino de Castrovalva da missão na missão do Bacabal do Alto Tapajós, dá-se que tendo sido esse missionário demittido a bem do serviço publico do cargo do directo d'aquelle aldeamento por aviso de 1876, tendo inda á corte, regressou ao Bacabal, e ali tomou conta dos gêneros e mercadorias [...] (PARA, 1880; 8).*

Desse modo, entendia-se que missionário não estava mais em consenso com o serviço do governo de catequisar os índios para torná-los forças úteis de trabalho e sim agindo de acordo com seu interesse e ambição, o que para os regatões seria ótima coisa para incitar o governo contra frei Pelino e assim conseguir desvinculá-lo da missão do Bacabal.

Nesse contexto os indígenas eram disputados tanto pelo missionário como pelos regatões, contudo, estes não aceitavam suas imposições de maneira fácil, embora os regatões

muitas vezes conseguissem obter proveitos à custa desses indígenas, estes em defesa aos maus-tratos que eram acometidos por esses comerciantes se defendiam revidando aos ataques dos regatões (SULIMAN, 20112: 47) e em relação aos missionários não foi diferente. Como aponta Márcio Couto Henrique, desde o princípio do século XIX a catequese foi marcada por diversos conflitos e tensões. Os índios reagiam com fugas e diversas formas de ataques, buscando tirar proveito da catequese conforme seus interesses (HENRIQUE, 2000: 222). Nesse sentido, Sara Suliman, mostra que os índios da província do Pará buscavam na catequese amparo, pois através dela recebiam alimentação, roupas e brindes, este último item, sendo usado como meio de negociação entre missionários e indígenas, assim, alguns indígenas aceitavam aldear-se e após receber os brindes desertavam (SULIMAN, 20112: 47), essas reações também se davam de forma física, como mostra Castrovalva, muitos missionários derramaram seu sangue em missão, sendo alvo de constantes ataques e revoltas.

*“[...] E eis um piscar de olhos precipitaram-se contra mim como cães ferozes. Encontrei-me cercado por uma centena de conjurados, entre eles um dos seis soldados que me tomaram uns pelas mãos e braços, outros pelo capucho e pelo habito e me empurraram contra a parede de tal modo que eu não podia me livrar [...]” (CASTROVALVA, 2000: 222).*

Conforme a fala acima de Frei Pelino, na missão do Bacabal não foi muito diferente, sobretudo quando os indígenas se encontravam em consonância com os pajés, que como mostra Amoroso, seriam uma espécie de interlocutores dos regatões que em vários momentos conflitaram-se com o missionário, o acusando de explorá-los e de estar preparando os indígenas para entregar ao governo como mão de obra, (AMOROSO, 2006: 213). Assim percebe-se que a estadia de Pelino no Bacabal foi marcada por uma onda de tensões, levando esta missão desde os primórdios de sua fundação a ser palco de conflitos entre o frei, regatões, pajés, índios e governo.

## REFERÊNCIAS

AMOROSO, Marta Rosa. A Primeira Missa. Memória e Xamanismo na Missão capuchinha de Bacabal. Rio Tapajós, 1872-1882. In: MONTERO, Paula (org.). *Deus na Aldeia: Missionários, Índios e Mediação Cultural*. São Paulo: Globo, 2006.

PELINO Proezas de frei. A Província do Pará, Belém Pará, 2 outubro 1876 p. 2

BASTOS, A C. Tavares. *O vale do Amazonas*. São Paulo: Ed. Nacional, 1937.

CASTRO VALVA, Pelino. *O rio Tapajós, os Capuchinhos e os índios Mundurucus* (1871-1883). São Luís – MA: Lithograf, 2000.

COLLEVATTI, Jayne. Do trabalho missionário para se salvar uma nação: um estudo dos sucessos missionários. IN: *Religião e Sociedade*, (impresso) Rio de Janeiro, Revista Cadernos de Campo, 2007.

HEMMING, John. *Fronteira amazônica. A derrota dos índios brasileiros*. São Paulo: EDUSP, 2009.

HENRIQUE, Márcio Couto. Sem Vieira, Nem Pombal: memória jesuítica e as missões religiosas na Amazônia do século XIX. IN: *Asas da Palavra*. Belém: UNAMA, 2007.

MCGRATH, David Gibbs. Parceiros no crime: o regatão e a resistência cabocla na Amazônia tradicional. *Novos Cadernos NAEA*, Belém, vol. 2, nº. 2, (1999).

CORRESPONDENCIA. O Baixo Amazonas, Belém Pará, 15 de agosto de 1872 p. 2.

BACABAL Brindes aos índios do. O Liberal do Pará, Belém Pará, 4 de novembro 1876 p. 1

BACABAL Missão do. O Liberal do Pará, Belém Pará, 16 de junho de 1877, p. 1.

PARÁ, Governo, relatório apresentado a assembleia legislativa provincial, pelo EXM. Sr. Dr Jose Coelho Gama e Abreu em 1880 pp.80.

PARÁ, Governo, relatório apresentado ao Exm. SR.DR. Francisco Maria Corrêa de Sá e Benevides, elo EXM. Sr. Dr. Pedro Vicente de Azevedo em 1875.

PARÁ, Relatório apresentado a Assembleia Legislativa Provincial na segunda sessão da 17ª legislatura pelo Dr. Abel Graça, presidente da província. Pará, Tip. do Diário do Grão-Pará, 1871.

REIS, Arthur Cezar Ferreira; *Santarém: seu desenvolvimento histórico*: 2ª ed.- Rio de Janeiro: civilização Brasileira; Brasília: INL; Belém: Governo do Estado do Pará, 1979.

SAMPAIO, Patrícia Melo. & ERTHAL, Regina de Carvalho. *Rastro e memórias: Histórias e trajetórias das populações Indígenas na Amazônia*. Manaus: EDUA, 2006.

SULIMAN Sara da Silva. *Os arautos da civilização e a rebeldia dos índios na província do Pará (1845-1865)*. Belém, IFCH-UFPA, 2011.

TAUBATÉ O.M.C., Modesto Rezende de; PRIMÉRIO O.M.C., Fidelis Mota de. *Os missionários capuchinhos no Brasil: esboço histórico*. São Paulo: Convento da Immaculada Conceição, 1930.

TOCANTINS, Antonio Manuel Gonçalves. “*Estudo sobre a tribu Mundurucú, memória escripta e lida perante o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*”. In: Revista Trimensal do Instituto Histórico Geographico e Ethnographico Brasileiro, tomo XL. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1877.